

ATA N.º 26 (REUNIÃO PÚBLICA)

---- Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA, CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES e TERESA MARGARIDA RIBEIRO MARQUES, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos. ----

000 000

DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ------

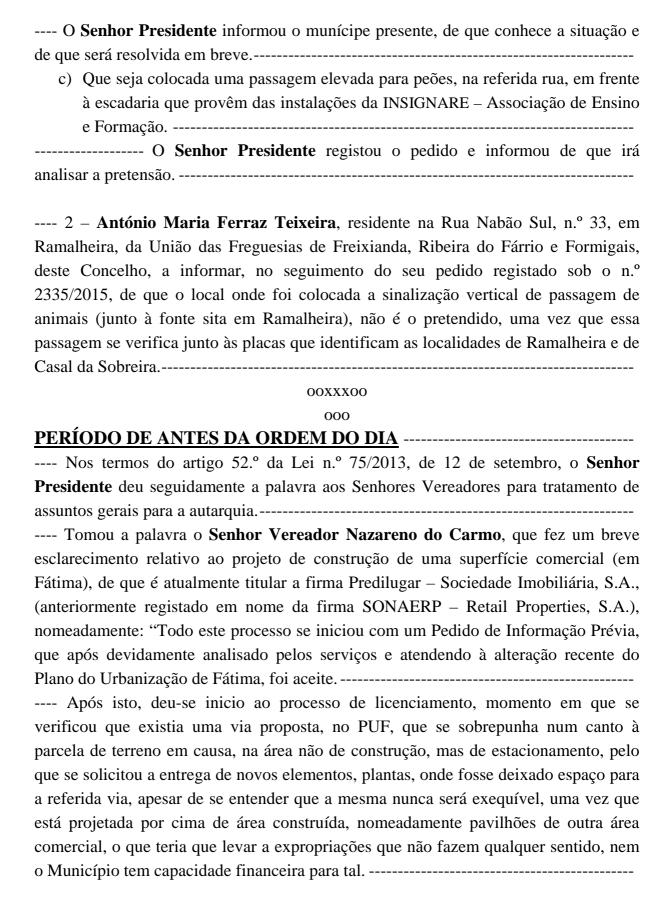
ooxxxoo

000

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE -----

---- De acordo com o que foi deliberado na reunião de 29 de maio de 2015, a Câmara começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:-----

- ---- 1 **Mário João de Oliveira Santos**, residente na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 58, 2.º esquerdo, nesta Cidade, a reclamar o seguinte: -----
 - a) Que as águas pluviais provenientes da Cidade provocam inundações na sua garagem, sita na referida morada, pelo que solicitou a resolução da situação; ---

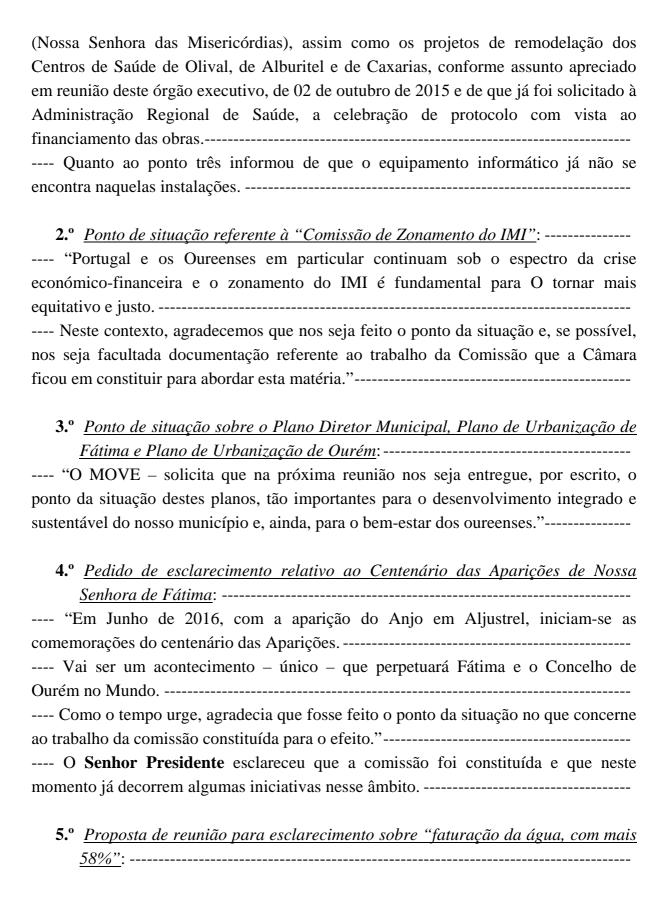




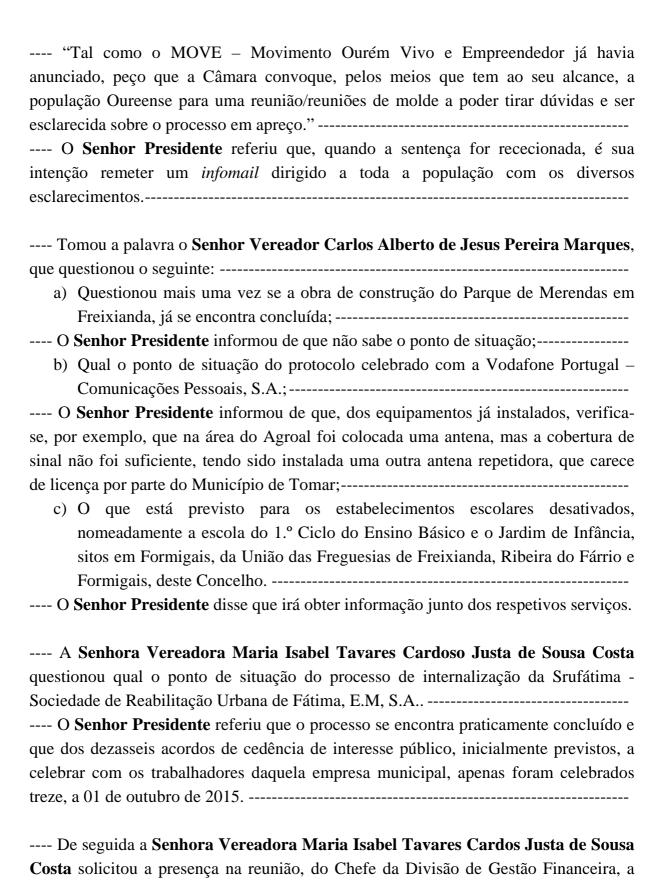


O Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho d
Albuquerque sobre o assunto questionou também o Senhor Vereador Nazareno d
Carmo, se as obras constantes das condicionantes da aprovação do projeto serã
executadas de acordo com o Plano de Urbanização de Fátima
O Senhor Vereador Nazareno do Carmo, referiu que as obras irão se
acompanhadas
Seguidamente a Senhora Vereadora Teresa Margarida Ribeiro Marque
tomou a palavra e apresentou os documentos que se passam a transcrever:
1.º Pedidos de esclarecimento sobre os seguintes assuntos:
"1 – Assunto: Arranjos de parques automóveis
Há – para além de outros- dois parques automóveis, na cidade de Ourém, que s
encontram em estado lastimável, nomeadamente, em frente aos estabelecimentos
a) Ouripiscinas (logo após a rotunda do ribeirinho, na saída para Fátima) está nur
estado lastimável;
b) Café/Pastelaria Vida Nova (do lado oposto à Mercedes, na saída de Ourém par
Tomar)
A quem compete o seu arranjo?
2 – Orçamento
Assunto: Transformação da Escola do Sobral para área de saúde
Ao que sei, vai haver obras para ali se instalar uma dependência de saúde
benfeitoria que o Move aplaude
Quantos orçamentos foram pedidos?
A obra já está adjudicada?
Se sim, qual o montante?
3- Material informático
Estando a Srufátima em internalização, tanto quanto sabemos continua na escol
da Lombo d' Égua todo o material informático, perguntamos se o mesmo se encontr
devidamente acautelado ou se não se teme que, um dia destes, possa vir a se
vandalizado."
O Senhor Presidente informou de que, é competência deste Município o arranj
dos parques de estacionamento referidos e de que o parque de estacionamento en
frente às instalações da Pastelaria Vida Nova, Limitada, está previsto no projeto d
requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira
Relativamente à questão dois, o Senhor Presidente informou de que está em curs
o projeto referente à adaptação daquele edifício para Centro de Saúde de Sobra

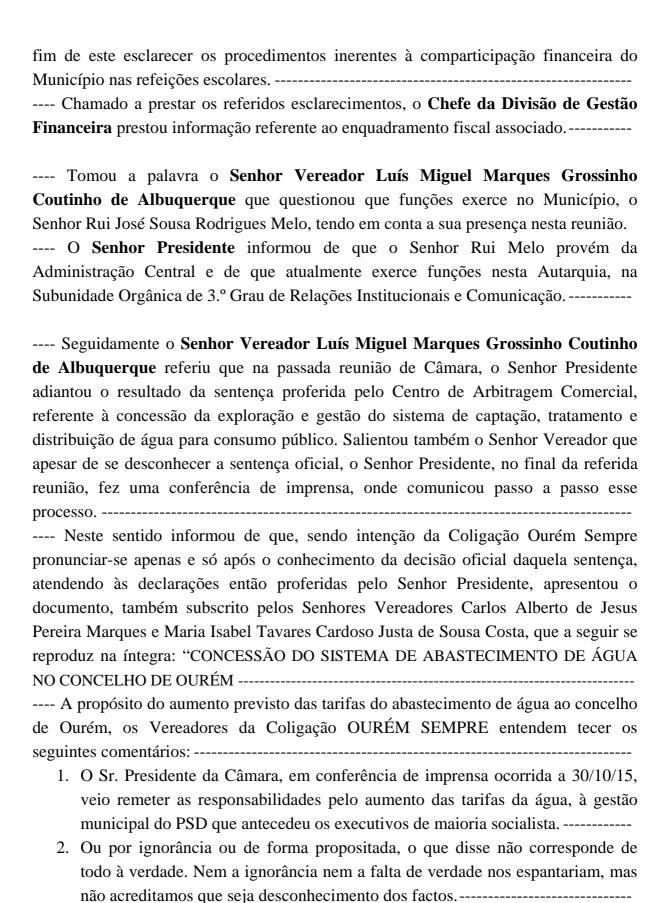








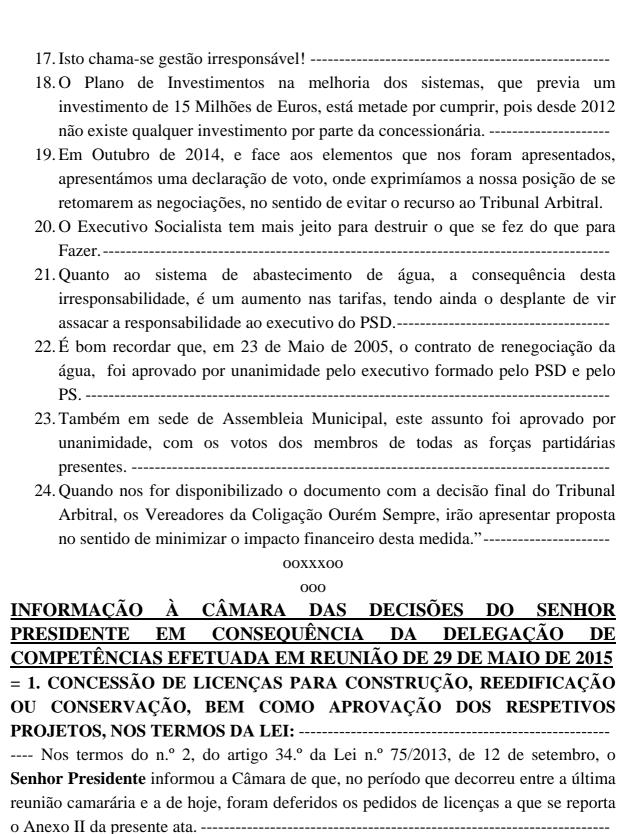






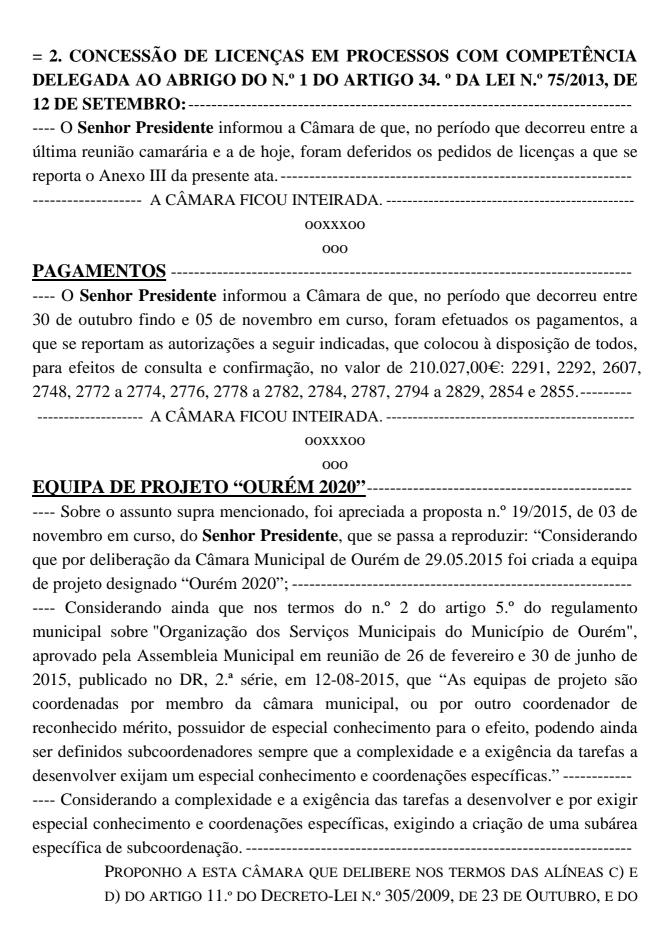
3.	Torna-se pois importante dar a conhecer a verdade aos munícipes
4.	O sistema de abastecimento de água ao concelho de Ourém foi concessionado
	em 1996, após concurso público internacional
5.	
	água à quase totalidade dos munícipes
6.	A concessão foi feita com base num determinado nível de consumos e de
	população
7.	
	Câmara Municipal pode impor a renegociação do contrato a seu favor
8.	Havendo uma diminuição superior a 10% nos consumos, é a concessionária que
	pode exigir a reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato
9.	É ainda de referir que, em 2005, o contrato foi renegociado
	Havia muitos investimentos necessários para melhoria do sistema e não havia
	disponibilidade financeira para o efeito
11.	Conseguiu-se um plano de investimento de 15 milhões de Euros, mediante o
	aumento do prazo de concessão e mediante um pequeno aumento nas tarifas
12.	Dado que as tarifas praticadas no concelho de Ourém eram inferiores à média
	das tarifas praticadas nos distritos de Santarém e Leiria, o aumento consistiu em
	colocar as tarifas do concelho de Ourém nesse valor
13.	O Plano de Investimentos avançou e as tarifas ficaram em níveis perfeitamente
	aceitáveis,
14.	Em Fevereiro de 2012, a concessionária solicitou a revisão do contrato. Para tal
	contribuíram três fatores, nomeadamente: A redução do consumo num valor
	superior a 10%; Adaptação à legislação em vigor e cumprir com as
	recomendações da entidade reguladora
15.	À boa maneira Socialista, o Sr. Presidente da Câmara, em lugar de cumprir o
	contrato, e dar andamento à renegociação atrás referida, certamente, porque
	havia eleições em 2013, ignorou-o, protelando as soluções em lugar de se sentar
	à mesa para resolver o problema.
16.	Entrou em litígio com a concessionária porque não cumpriu com o contrato,
	conseguiu assim interromper o plano de investimentos, com atrasos em obras
	importantes como a Av. D. Nuno Álvares Pereira, em Ourém, e conseguiu
	também que, aquilo que poderia ter sido na altura um pequeno aumento, seja
	agora um aumento de 58%. É que o défice criado, a ser regularizado até ao fim
	da concessão, tem cada vez menos tempo para ser regularizado. Quanto menos
	tempo for, mais caro fica por mês!
	tempo for, mais caro fica por mês!



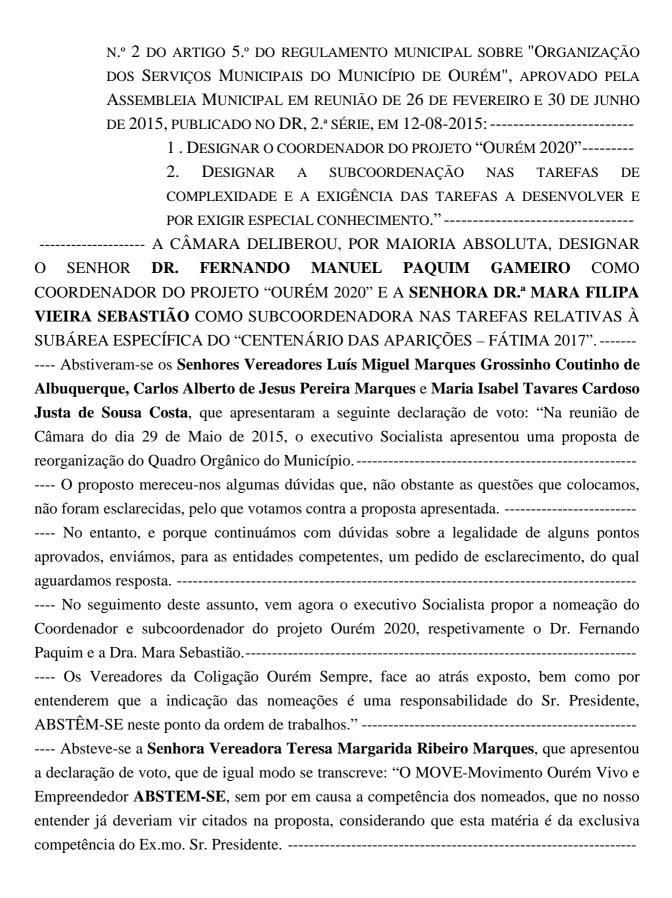


----- A CÂMARA FICOU INTEIRADA.-----

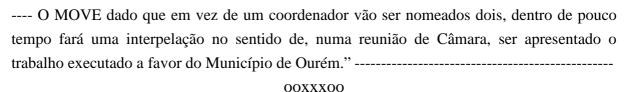






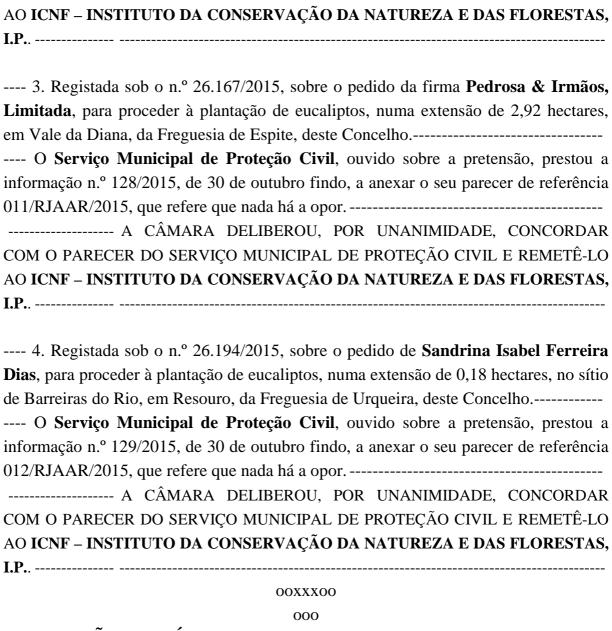






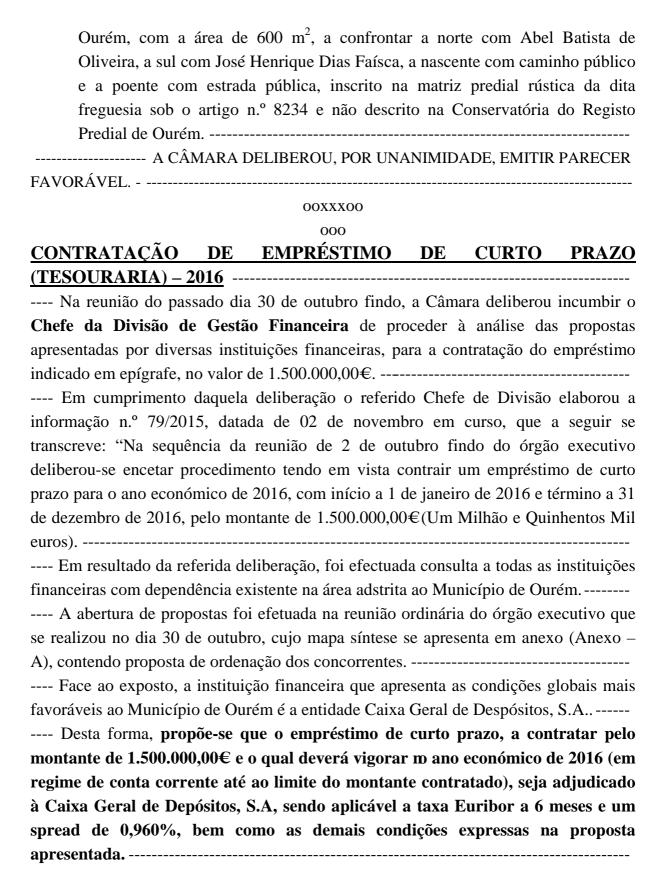
000 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO --------- No âmbito do assunto indicado em epígrafe, foram apresentadas as cartas (enviada por correio eletrónico) que se passam a especificar, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre os pedidos que de igual modo se identificam:--------- 1. Registada sob o n.º 26.164/2015, sobre o pedido de **José Maria Vieira**, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 0,18 hectares, no sítio de Frazoa, da Freguesia de Atouguia, deste Concelho, numa extensão de 0,28 e de 0,31 hectares, no sítio de Verba, da dita freguesia e ainda numa extensão de 0,39 hectares, no referido sítio de Verba, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, também ---- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre a pretensão, prestou a informação n.º 130/2015, de 30 de outubro findo, a anexar o seu parecer negativo de referência 013/RJAAR/2015. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO AO ICNF – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. ---------- 2. Registada sob o n.º 26.166/2015, sobre o pedido da firma **Pedrosa & Irmãos**, **Limitada**, para proceder à plantação de eucaliptos, numa extensão de 3,96 hectares, no sítio de Vale da Mó, na localidade de Salgueiral, da Freguesia de Espite, deste Concelho. --------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre a pretensão, prestou a informação n.º 127/2015, de 30 de outubro findo, a anexar o seu parecer negativo de referência 010/RJAAR/2015. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO



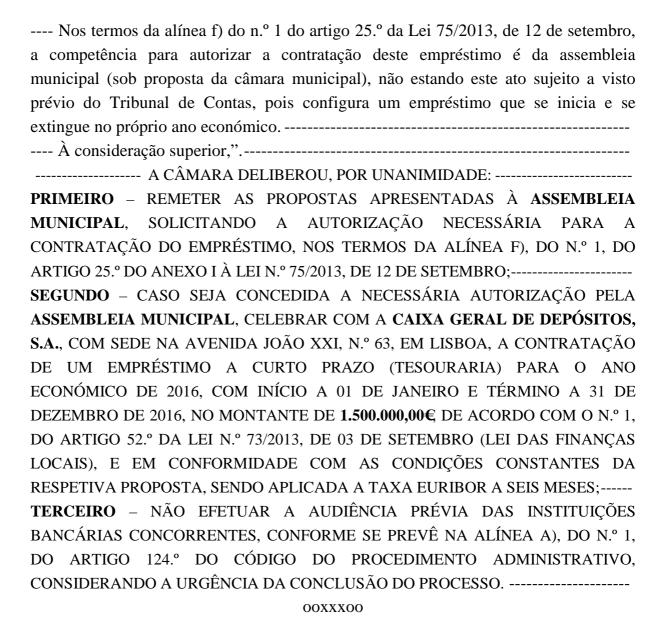


AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)

• prédio rústico composto por terra de semeadura com árvores de fruto e mato, sito em Calços, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, do Concelho de







000

TAXA MUNICIPAL SOBRE OS DIREITOS DE PASSAGEM - 2016-----

---- Relativamente ao assunto mencionado em epigrafe, na reunião de 02 de outubro findo, na presença da informação n.º 61/2015, de 09 de setembro transato, que a seguir se reproduz na íntegra, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a Câmara deliberou remeter o processo ao Chefe daquela divisão, para melhor apreciação: "Nos termos do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, "os direitos e encargos relativos à implantação e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal podem

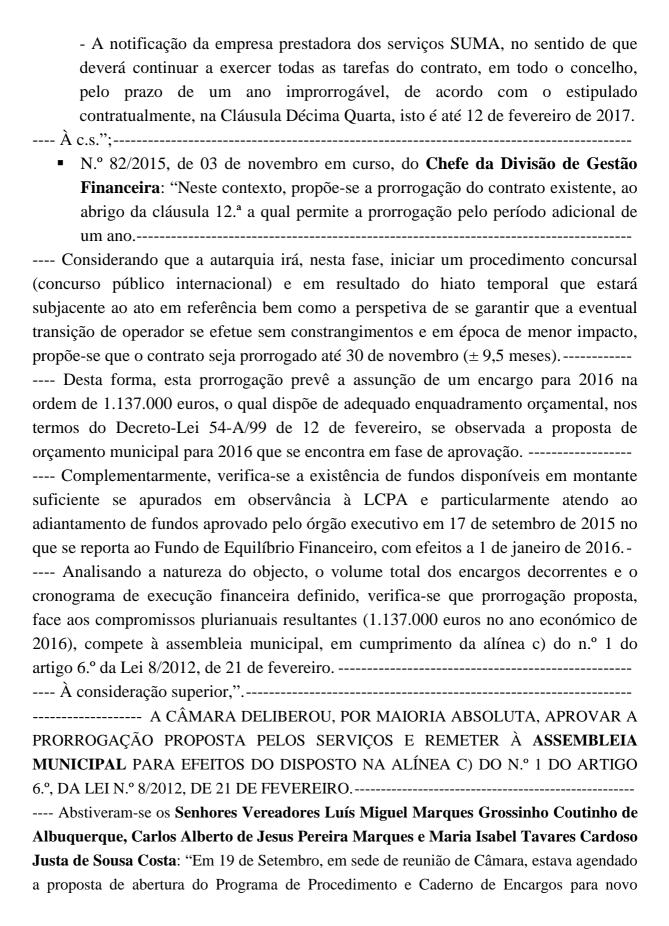


dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem
(TMDP)"
A referida taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada
factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações
electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do
correspondente município. A décima alteração à Lei 5/2004 (Lei 127/2015 de 3 de
setembro, recentemente publicada, reporta que nos municípios em que seja cobrada a
TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas
acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento
O percentual referido deve ser aprovado, anualmente, até ao término do mês de
dezembro do ano anterior a que se destina e não pode ultrapassar os 0,25%
Actualmente, vigora a taxa máxima (0,25%), a qual, em 2014, significou uma
receita cobrada líquida de 12.847,70 euros e em 2015 (até à presente data) um
montante de 13.719,96 euros
Deste modo, face à reduzida materialidade económica da taxa em assunto, julgo
que se deverá manter a obtenção desta receita, definindo-se um percentual de 0,25%, a
aplicar no ano de 2016, conforme o estipulado na alínea b) do n.º 2, do artigo 106.º da
Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro
À consideração superior,"
Em cumprimento da citada deliberação, o Chefe da Divisão de Gestão
Financeira prestou a informação n.º 81/2015, datada de 02 do corrente mês, que de
igual modo se transcreve: "Neste contexto, mantém-se o disposto na informação n.º
igual modo se transcreve: "Neste contexto, mantém-se o disposto na informação n.º 61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento, pelo que se depreende que esta taxa não incide
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento, pelo que se depreende que esta taxa não incide sobre o consumidor final mas sobre os operadores do serviços de comunicações, ou
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento, pelo que se depreende que esta taxa não incide sobre o consumidor final mas sobre os operadores do serviços de comunicações, ou seja, devendo ser estes últimos a suportar este tributo municipal
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento, pelo que se depreende que esta taxa não incide sobre o consumidor final mas sobre os operadores do serviços de comunicações, ou seja, devendo ser estes últimos a suportar este tributo municipal
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento, pelo que se depreende que esta taxa não incide sobre o consumidor final mas sobre os operadores do serviços de comunicações, ou seja, devendo ser estes últimos a suportar este tributo municipal
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento, pelo que se depreende que esta taxa não incide sobre o consumidor final mas sobre os operadores do serviços de comunicações, ou seja, devendo ser estes últimos a suportar este tributo municipal
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento, pelo que se depreende que esta taxa não incide sobre o consumidor final mas sobre os operadores do serviços de comunicações, ou seja, devendo ser estes últimos a suportar este tributo municipal
61/2015/DGF/583, salientando que a décima alteração à Lei 5/2014 (Lei 127/2015 de 3 de setembro), reporta que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento, pelo que se depreende que esta taxa não incide sobre o consumidor final mas sobre os operadores do serviços de comunicações, ou seja, devendo ser estes últimos a suportar este tributo municipal



000 CONTRATO DE "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SEU TRANSPORTE A ATERRO FINAL (ALVEGA)" -----= PRORROGAÇÃO DE PRAZO =--------- No âmbito do contrato de prestação de serviços mencionado em título, celebrado a 24 de novembro de 1995, com a STL - Sociedade de Transportes e Limpezas, **Limitada**, foram apresentadas as informações que a seguir se passam a transcrever: ---N.º 747/15, de 30 de outubro findo, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade: "Enquadramento: --------- O contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha dos Resíduos Sólidos e seu Transporte a Aterro Final foi celebrado com a STL em 24 de novembro de 1995, tendo sido consignado a 12 de fevereiro de 1996, após obtenção do visto do Tribunal de Contas. --------- Ao contrato inicial foram feitos dois adicionais, um em 2001 (contrato n.º 25/2011) e outro em 2004 (contrato n.º 37/2004), tendo sido efetuadas três prorrogações por sucessivos períodos de cinco anos. --------- Em 12 de fevereiro de 2016, o limite máximo de 20 anos de prazo possível será atingido, não sendo possível efetuar mais nenhuma prorrogação, nos termos da Cláusula Décima Segunda do Contrato. --------- Parecer: ---------- Atendendo a que o concurso para a nova prestação de serviços não estará concluído em 12 de fevereiro de 2016 e que a recolha de resíduos e limpeza urbana não pode ficar sem prestador, pois os serviços não dispõem de meios para tal, é conveniente que a SUMA continue a proceder às tarefas inerentes ao contrato atual, pelo prazo de um ano, tal como previsto na Cláusula Décima Quarta do mesmo. ---------- Para isso a notificação deve ocorrer até três meses antes do termo do contrato, isto é até 11 de novembro de 2015,--------- Conclusão: ---------- Face ao referido solicita-se:------

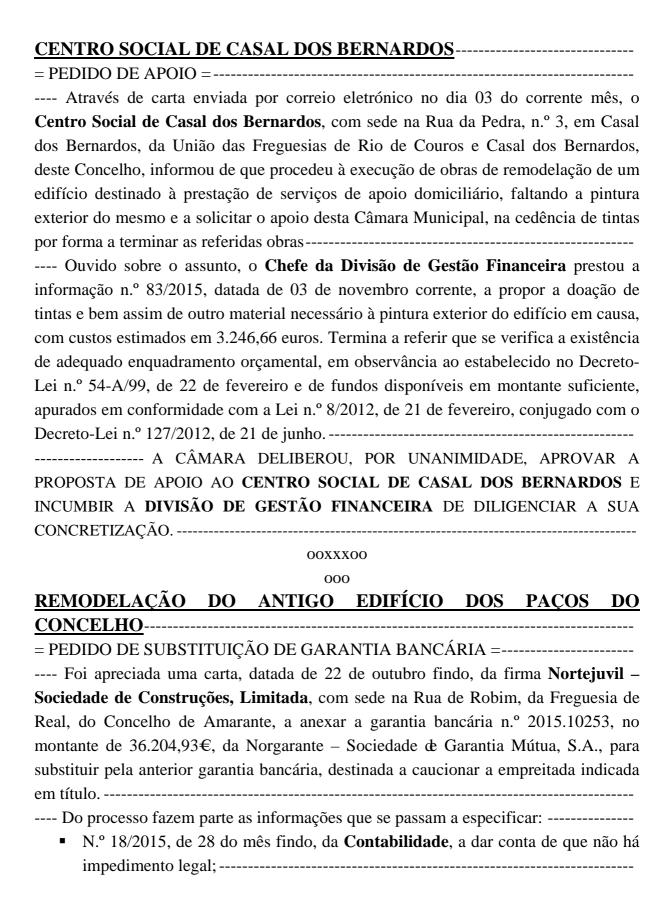




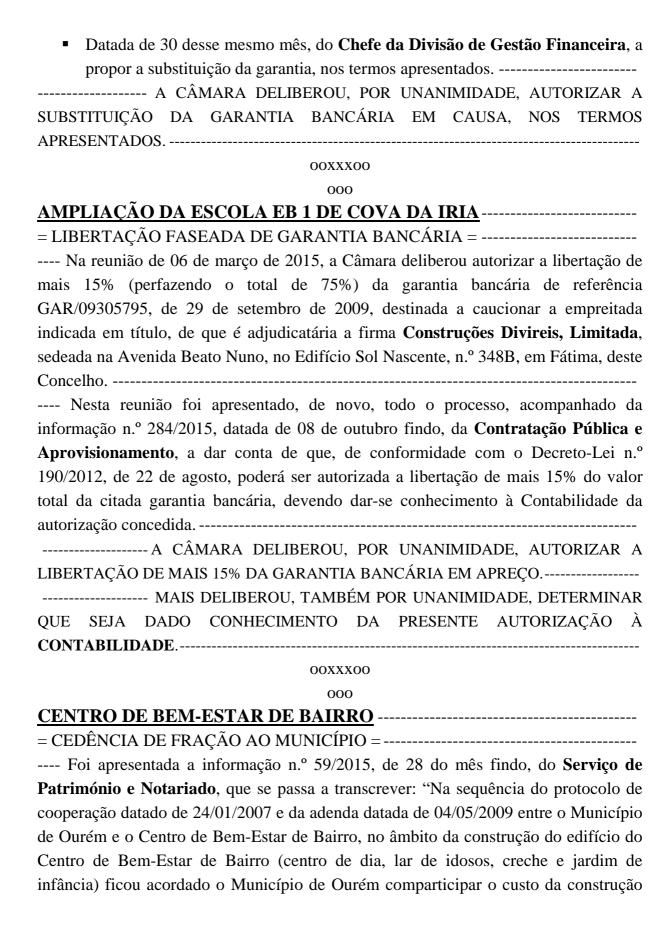


procedimento concursal referente a "P084/2015-Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos (RSU) na área do Concelho e Limpeza Urbana nas cidades de Fátima e Ourém; - Concurso Público (com publicação de anúncio do JOE) – alínea b)nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos públicos", de acordo com a informação nº 249/2015/CPA/463 de 14/9/2015, o qual foi retirado da Ordem de Trabalhos, por proposta do Sr. Presidente.--------- Vem agora à reunião de Câmara uma proposta de prorrogação de prazo para o contrato de "Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana" do Concelho de Ourém.------ O que terá levado o executivo Socialista a alterar a sua posição em relação à metodologia inicial?--------- Ao analisarmos a informação que nos foi remetida, constatamos que os dois técnicos superiores que se pronunciaram sobre o assunto, remetem a hipótese de prorrogação para duas cláusulas diferentes. Aquando da discussão deste ponto da ordem de trabalhos, solicitamos explicação sobre as cláusulas elencadas nas informações referidas, não tendo obtido qualquer esclarecimento.--------- Atendendo a que não temos conhecimento do teor do contrato em vigor, solicitamos a consulta do contrato existente de "Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos e Limpeza Urbana", efetuado entre o Município e a SUMA. --------- Segundo a informação da Chefe de Divisão do Ambiente e Sustentabilidade, Eng. Paula Marques, "... o concurso para a nova prestação de serviços não estará concluído em 12 de Fevereiro de 2016, e que a recolha de resíduos e limpeza urbana não pode ficar sem prestador, pois os serviços não dispõem de meios para tal...".--------- Como é possível o executivo Socialista, sabendo de antemão dos prazos, não ter diligenciado atempadamente o novo procedimento concursal? --------- Haverá razões para este procedimento?! --------- Ainda de acordo com a informação da Chefe de Divisão do Ambiente e Sustentabilidade, o prazo para notificação para a prorrogação do contrato termina a 11 de Novembro de 2015, o que inviabilizava o adiamento deste assunto para reunião posterior. ---------- Atendendo aos pressupostos apresentados na informação atrás referida, os Vereadores da Coligação Ourém Sempre, manifestaram a intenção de se ABSTEREM neste assunto. No entanto, este sentido de voto poderá ser CONTRA, caso e após a consulta do contrato, verificarmos que a proposta ora apresentada não esteja devidamente fundamentada."------

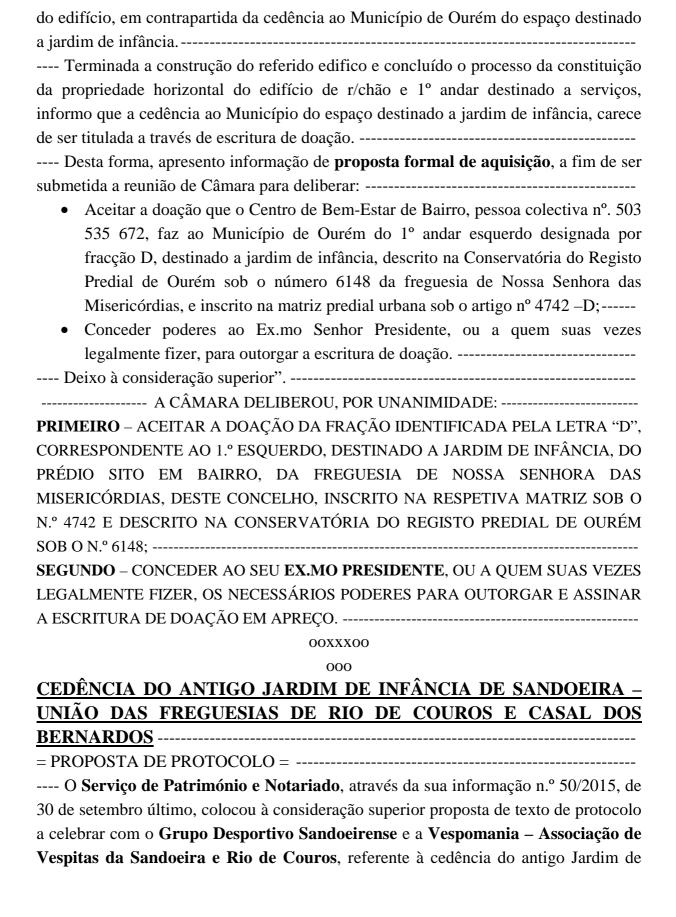




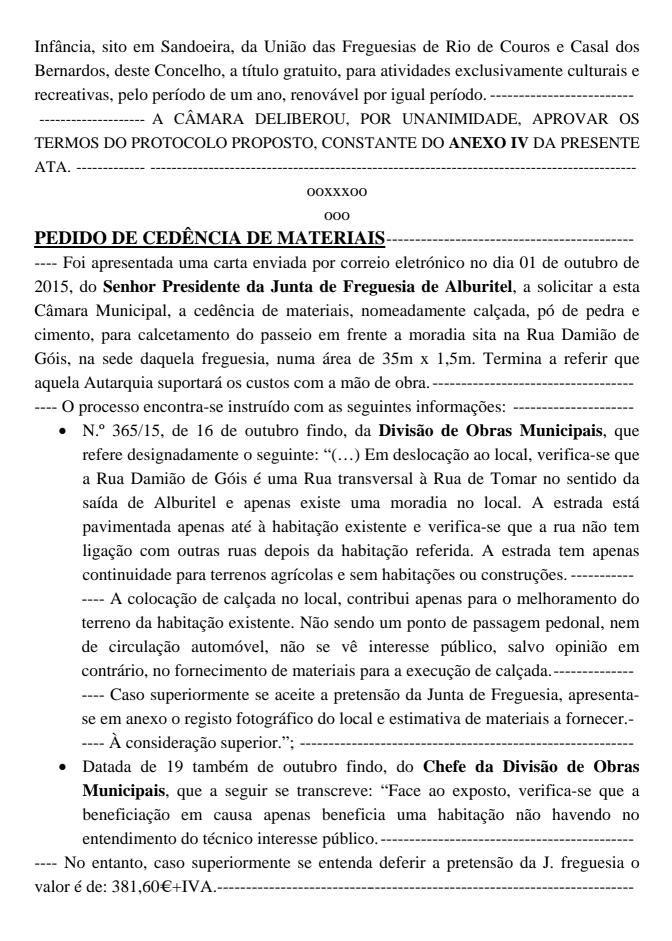


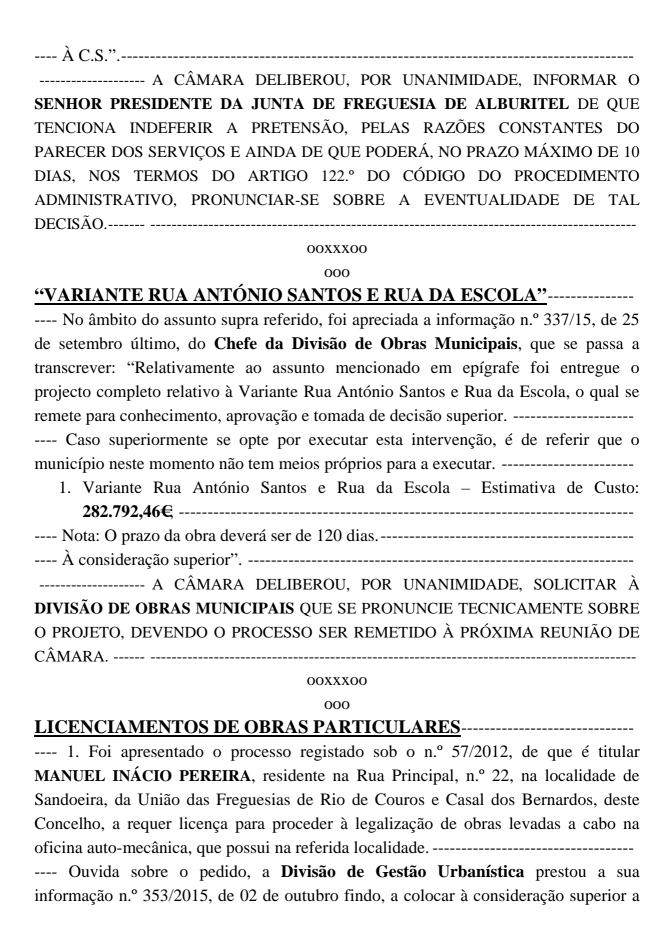




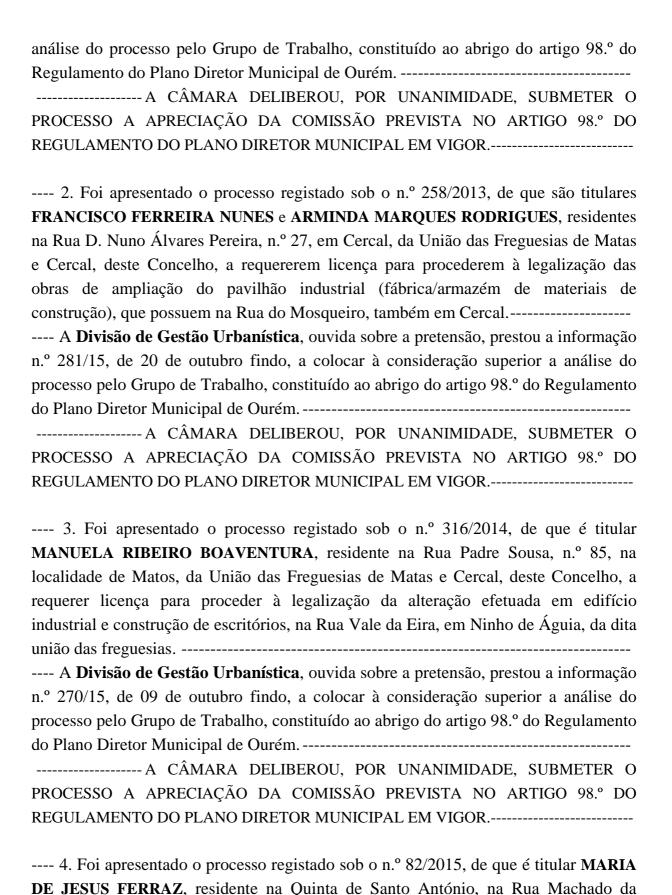




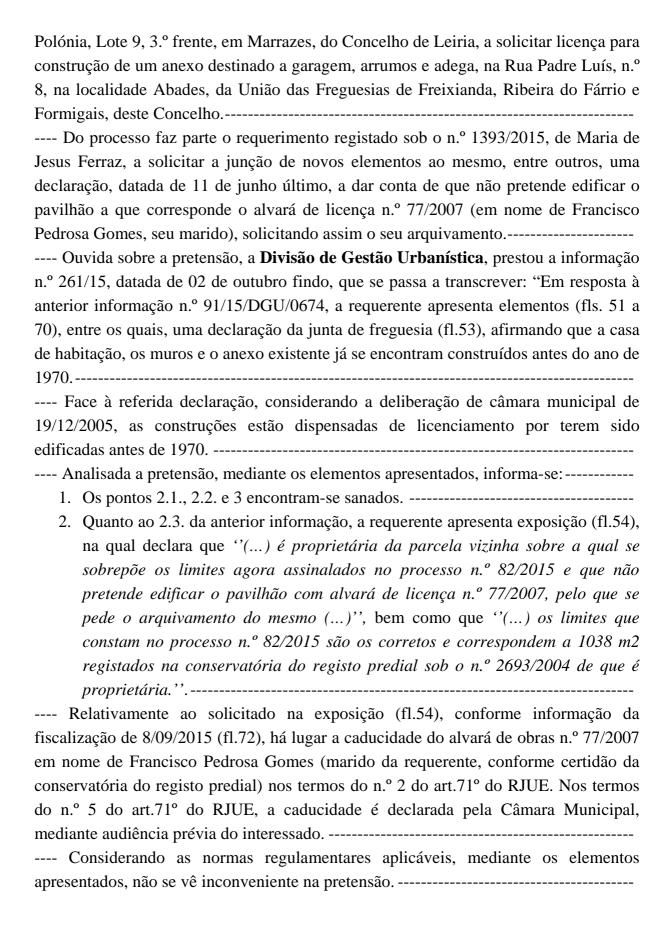




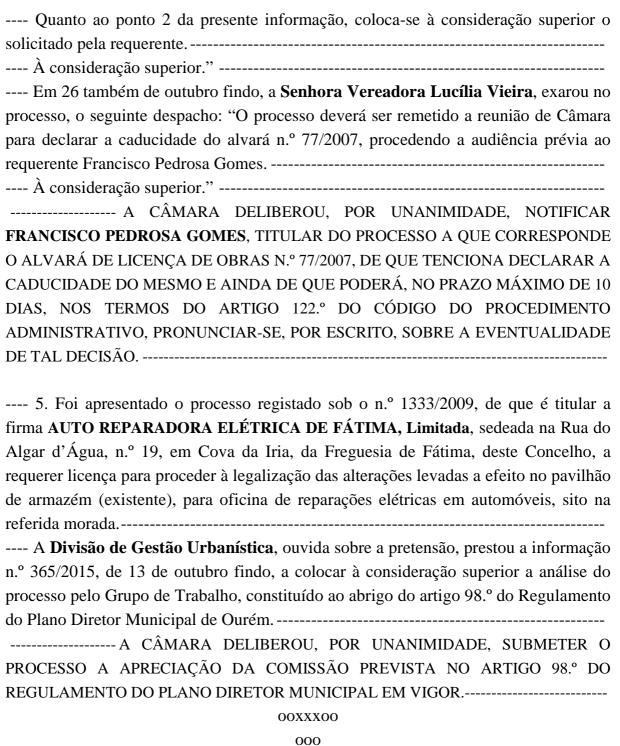












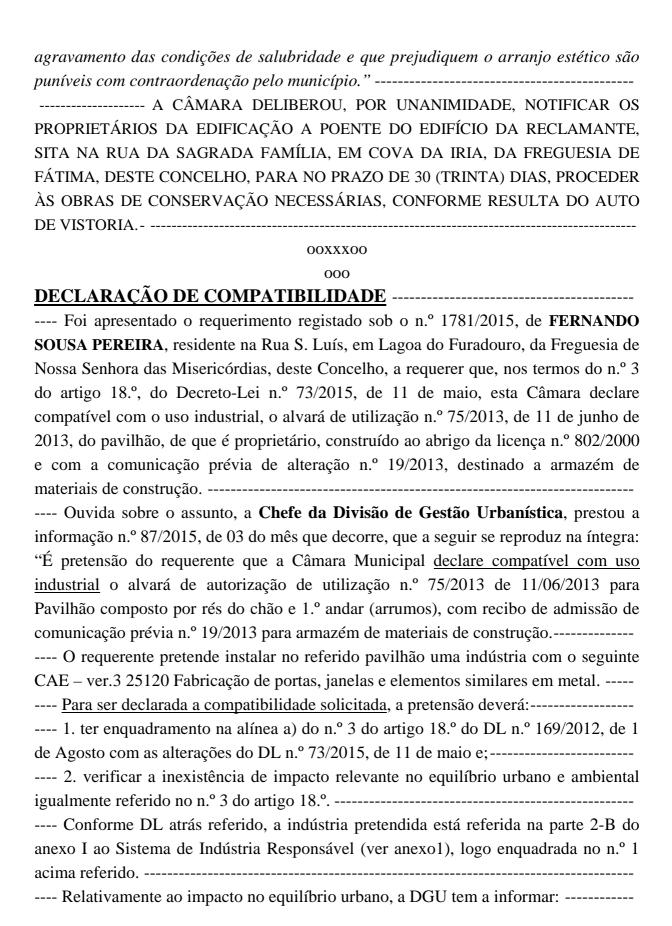
RECLAMAÇÃO POR DANOS EM EDIFÍCIO, NA SEQUÊNCIA DE INFILTRAÇÕES-----

---- Na reunião de 21 de agosto de 2015, a Câmara deliberou proceder a uma vistoria à habitação de **Natália da Silva**, sita na Rua de Nossa Senhora de Lurdes, n.º 8, em

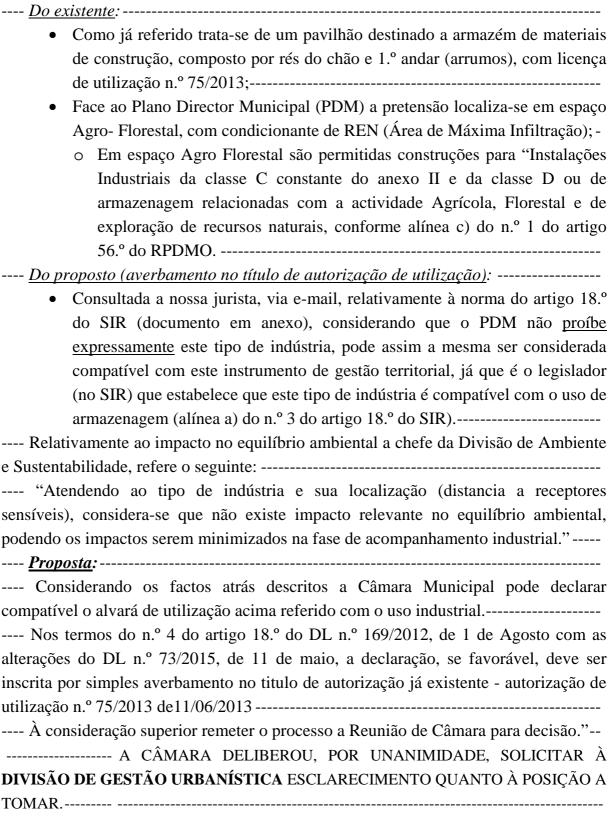


Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, devido a infiltrações eventualmente provenientes de um canteiro confinante com as paredes da mesma. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com o Auto de vistoria n.º 20/2015, datado de 12 de outubro findo, que refere designadamente o seguinte: "(...) "Na cave do edifício verifica-se a existência de marcas de humidade nas paredes e no revestimento dos tetos em gesso cartonado. --------- São visíveis danos na pintura e reboco das paredes e nas placas de gesso cartonado (ver fotografias 1 a 4). --------- Os locais onde se verificam as marcas de humidade situam-se nas paredes limítrofes do edifício e na proximidade de uma floreira existente na entrada do edifício contíguo a poente, localizado na rua da Sagrada Família (ver fotografia 6). ------ No local é observável que a base da floreira não está impermeabilizada. --------- Um dos tubos de escoamento das águas pluviais do edifício está partido numa zona de curva de mudança de direção, o que faz com que parte das águas pluviais do tubo se deposite diretamente sobre a floreira (ver fotografias 7 e 8). ---------- O escoamento do tubo de queda é feito diretamente para o passeio, porque a Rua não possui coletor de esgotos pluviais. --------- A água que circula e cai sobre a floreira, poderá estar a infiltrar-se no terreno e a encaminhar-se para as paredes e tetos da cave da reclamante, provocando os danos que se observam.--------- Como tentativa de resolução/verificação do problema, os proprietários do edifício, localizado na rua da Sagrada Família, contíguo a poente do edifício da reclamante, devem ser notificados a procederem, no prazo de 30 dias, a obras de conservação necessárias à manutenção da salubridade das edificações nos termos do art.89° do RJUE, propondo-se, salvo melhor opinião, proceder à impermeabilização da base da floreira e à substituição da secção danificada do tubo de escoamento, para posteriormente se verificar a continuidade das infiltrações da cave do edifício vistoriado, ao nível das paredes e tetos. --------- Após a realização da vistoria, a reclamante informou através do requerimento nº 24791/2015, que o tubo de escoamento, acima descrito, foi partido e arrancado. A Fiscalização em deslocação ao local informa, que o tubo de descarga de águas pluviais do edifício vizinho do estabelecimento da reclamante, situado no alçado virado para a Rua da Sagrada Família, está parcialmente partido e já não se encontra devidamente colocado, conforme é visível na fotografia seguinte (ver fotografia 9). ------- De salientar que, nos termos do artigo 89º do RJUE, conjugado com o artigo 98º do mesmo regime, a deterioração do edificado e/ou as ações que provoquem o

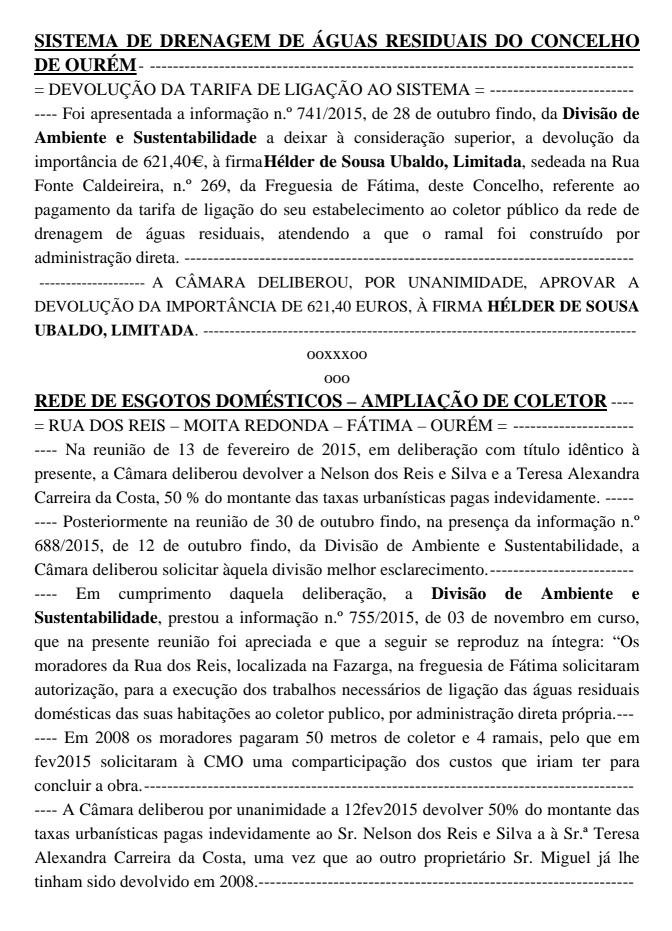










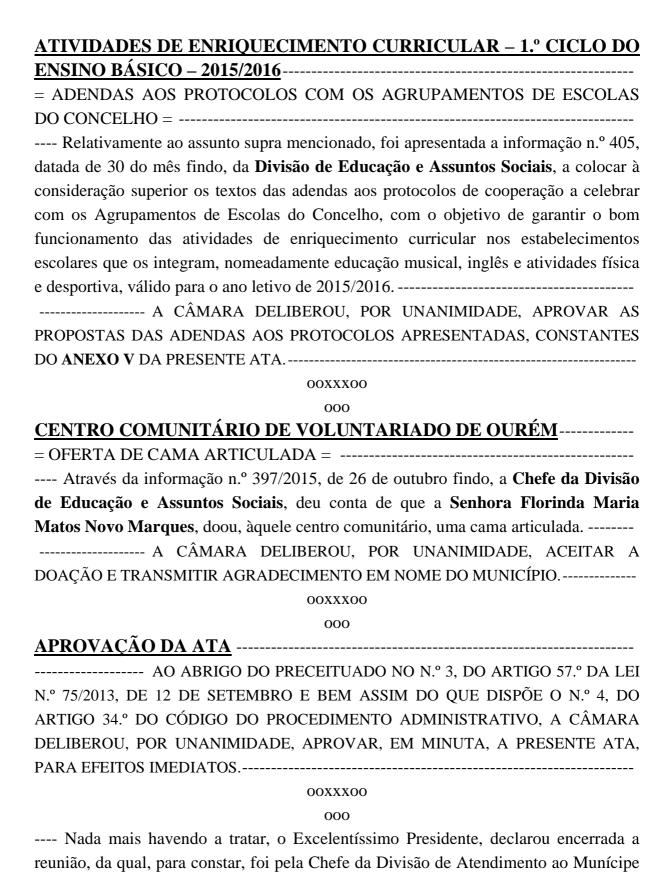




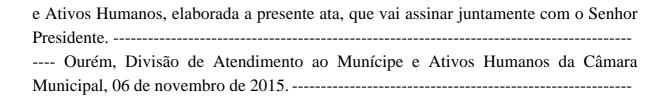
---- Parecer dos serviços:-----

 O coletor está implantado em espaço Urbano;
conclusão dos trabalhos foi de 2.221,50€ (não incluiu o ramal novo que foi executado);
 O valor a devolver aos munícipes deliberado em fev2015 é de 1760,26€
Face ao exposto e uma vez que os custos dos trabalhos de execução do coletor e
dos ramais domiciliários foram suportados pelos proprietários, propõe-se a isenção da
tarifa de ligação como em casos semelhantes
À Consideração Superior,"
Do processo faz também parte a informação, datada desse mesmo dia, da Chefe
daquela divisão, que de igual modo se transcreve: "O montante de 1.760,26€ que foi
deliberado devolver aos munícipes incide sobre a ampliação e não sobre os ramais
Uma vez que foram eles que os suportaram porque os construíram, não faz sentido
cobrar as tarifas de ligação à semelhança do que ocorre em casos similares
À c.s."
CONSIDERANDO QUE OS RAMAIS DE ESGOTOS DOMICILIÁRIOS
FORAM EXECUTADOS, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, PELOS MORADORES DA
RUA DOS REIS, ABAIXO IDENTIFICADOS, A CÂMARA DELIBEROU, POR
UNANIMIDADE, NÃO PROCEDER À COBRANÇA DA TARIFA DE LIGAÇÃO AO
RESPETIVO COLETOR PÚBLICO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS
RESIDUAIS:
Nelson dos Reis e Silva;
Miguel Ribeiro das Neves;
Manuel Reis da Silva;
> Teresa Alexandra Carreira da Costa;
➤ José Carreira da Silva Costa
OOXXXOO









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 06/11/2015

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Equipa de projeto "Ourém 2020" – Proposta n.º 19/2015, de 03 de novembro corrente, do Senhor Presidente da Câmara.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
 - 1. Carta registada sob o n.º 26.164/2015, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de José Maria Vieira;
 - 2. Carta registada sob o n.º 26.166/2015, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido da firma Pedrosa & Irmãos, Limitada;
 - 3. Carta registada sob o n.º 26.167/2015, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido da firma Pedrosa & Irmãos, Limitada;
 - 4. Carta registada sob o n.º 26.194/2015, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Sandrina Isabel Ferreira Dias.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes – Requerimento registado sob o n.º 26.231/2015, de Maria Alice Dias Lopes, sobre prédio sito em Calços – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Contratação de empréstimo de curto prazo (Tesouraria) 2016 Informação n.º 79/2015, de 02 de novembro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Taxa Municipal sobre os Direitos de Passagem 2016 Informação n.º 81/2015, de 02 de novembro em curso, do Chefe da DGF;
- = Contrato de "Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha de resíduos sólidos e seu transporte a aterro final (Alvega)" Prorrogação de prazo Informação n.º 82/2015, de 03 de novembro corrente, do Chefe da DGF;
- = Centro Social de Casal dos Bernardos Pedido de apoio Informação n.º 83/2015, de 03 de novembro em curso, do Chefe da DGF.



3.1. CONTABILIDADE

= Remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho – Pedido de substituição de garantia bancária – Carta, datada de 22 de outubro findo, da firma Nortejuvil – Sociedade de Construções, Limitada.

3.2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= Ampliação da escola EB1 de Cova da Iria — Libertação faseada de garantia bancária — Informação n.º 284/2015, de 08 de outubro findo, da Contratação Pública e Aprovisionamento.

3.3. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Centro de Bem-Estar de Bairro Cedência de fração ao Município Informação n.º 59/2015, datada de 28 do mês findo, do Serviço de Património e Notariado (PN),
- = Cedência do antigo Jardim de Infância de Sandoeira União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos Proposta de protocolo Informação n.º 50/2015, de 30 de setembro transato, do Serviço de PN.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Pedido de cedência de materiais Carta enviada por correio eletrónico no dia 01 de outubro findo, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alburitel;
- = "Variante Rua António Santos e Rua da Escola" Informação n.º 337/15, de 25 de setembro de 2015, do Chefe da Divisão de Obras Municipais.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Devolução de verba Informação n.º 741/2015, datada de 28 do mês findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Rede de esgotos domésticos Ampliação de coletor Rua dos Reis Moita Redonda Fátima Ourém Informação n.º 755/2015/2015, de 03 de novembro corrente, da DAS.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 57/2012, de Manuel Inácio Pereira e Maria de Jesus Pereira Legalização de uma oficina auto-mecânica, sita em Sandoeira União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
 - 2. Processo registado sob o n.º 528/2013, de Francisco Ferreira Nunes e Arminda Marques Rodrigues Legalização da ampliação de um pavilhão industrial, sito na Rua do Mosqueiro, em Cercal União das Freguesias de Matas e Cercal;
 - 3. Processo registado sob o n.º 316/2014, de Manuela Ribeiro Boaventura Alteração de um edifício industrial e construção de escritórios, na Rua Vale da Eira, na localidade de Ninho de Águia União das Freguesias de Matas e Cercal;
 - 4. Processo registado sob o n.º 82/2015, de Maria de Jesus Ferraz Construção de um anexo destinado a garagem, arrumos e adega, na Rua Padre Luís, n.º 8, na localidade de Abades União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;
 - 5. Processo registado sob o n.º 1333/2009, da firma Auto Reparadora Elétrica de Fátima, Limitada Legalização das alterações de um pavilhão de armazém (existente) para oficina de reparações elétricas em automóveis, sito na Rua do Algar d'Água, n.º 19, em Cova da Iria Freguesia de Fátima;
- = Reclamação por danos em edifício, na sequência de infiltrações Auto de vistoria n.º 20/2015, datado de 12 de outubro findo;



= Declaração de compatibilidade – Requerimento registado sob o n.º 1781/2015, de Fernando Sousa Pereira, instruído com a informação n.º 87/2015, datada de 03 de novembro em curso, da Chefe da Divisão de Gestão Urbanística.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Atividades de enriquecimento curricular 1.º Ciclo do Ensino Básico 2015/2016 Adendas aos protocolos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho Informação n.º 405, datada de 30 do mês findo, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém Oferta de cama articulada Informação n.º 397/2015, de 26 do mês findo, da DEAS.

Câmara Municipal de Ourém, 3 de novembro de 2015

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 30-10-2015 a 05-11-2015

Processo nº	Requerente	Local
311/2015	Domingos Oliveira Neves	Rua Jacinta Marto, nº 88 - Cova da Iria, freguesia de Fátima
118/2015	Garcia Rodrigues Antunes Cortez	Rua Vale D'Água, n.º 13- Óbidos – Olival, da união das freguesias de Gondemaria e Olival
237/2015	Tiago Amado Simões	Rua Principal, n.º 6 - Sorieira - Seiça

Ourém, 6 de novembro de 2015

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



SUBUNIDADE ORGÂNICA DO 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 30/10/2015 a 05/11/2015

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
22571	Vânia Marília Mendes dos Santos	Cartão mercado municipal
22570	Júlia Leopoldina Martins Vaz	Cartão mercado municipal
25255	Santuário de Nossa Senhora de Fátima	Inspeção de elevador
25249	Santuário de Nossa Senhora de Fátima	Inspeção de elevador
25253	Santuário de Nossa Senhora de Fátima	Inspeção de elevador
25256	Congregação das Irmãs Dominicanas Santa Catarina Sena	Inspeção de elevador
25258	Congregação das Irmãs Dominicanas Santa Catarina de Sena	Inspeção de elevador
25259	Congregação das Irmãs Dominicanas Santa Catarina de Sena	Inspeção de elevador
25176	Condomínio do Prédio Av. D. José Alves Correia da Silva	Inspeção de elevador
26747	Anjos da Pedra - Fátima BTT CLUB	Prova desportiva
26622	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias	Prova desportiva

Ourém, 06 novembro de 2015

Jacinto Costa

(Dirigente de Direcção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



PROTOCOLO ENTRE O MUNÍCIPIO DE OURÉM, O GRUPO DESPORTIVO SANDOEIRENSE E A VESPOMANIA – ASSOCIAÇÃO DE VESPITAS DA SANDOEIRA E RIO DE COUROS

PREÂMBULO

É função do Município de Ourém contribuir para a promoção da realização de projetos culturais, recreativos, sociais e desportivos de qualidade e de interesse para o concelho.

Considerando que se encontra disponível no lugar de Sandoeira, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, o Edifício Municipal onde funcionou o Jardim de Infância, considera-se que o Grupo Desportivo Sandoeirense e a Vespomania – Associação de Vespitas da Sandoeira e Rio de Couros são as entidades que maior proveito podem proporcionar em função da população da freguesia/associados e fins que representa.

Neste sentido o Município de Ourém celebra com o Grupo Desportivo Sandoeirense e a Vespomania – Associação de Vespitas da Sandoeira e Rio de Couros o presente protocolo de cedência de instalações, na certeza que é garantido o pleno aproveitamento das mesmas para as iniciativas de interesse daquelas Associações.

É celebrado o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I

Identificação dos Outorgantes

O presente Protocolo de cedência de instalações é celebrado entre:

Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o nº 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, na Cidade de Ourém, adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente representado pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca.

Grupo Desportivo Sandoeirense, pessoa coletiva com o nº 501 080 104, com sede na Rua das Escolas, em Rio de Couros, adiante designada como Segundo Outorgante, devidamente representada pela Excelentíssima Presidente da Direção, Maria dos Anjos Marques Santos Freitas.



Vespomania – Associação de Vespitas da Sandoeira e Rio de Couros, pessoa coletiva com o nº 513 045 198, com sede na Estrada Principal n.º 72, em Rio de Couros, adiante designada como Terceira Outorgante, devidamente representada pelo Excelentíssimo Presidente da Direção, José João Marques dos Santos.

Cláusula II Objeto

O Presente Protocolo tem por objeto a cedência, a título gratuito, do edifício Municipal – antigo Jardim de Infância de Sandoeira, que se encontra desativado, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 361 da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3052 da mesma União das Freguesias, ao **Grupo Desportivo Sandoeirense** e à **Vespomania – Associação de Vespitas da Sandoeira e Rio de Couros**, tornando-o num pólo agregador de sinergias que poderão trazer contributos positivos para o desenvolvimento social, cultural, desportivo e recreativo das Freguesias

Cláusula III Período de Vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos contratuais, o período de vigência deste Protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, sendo renovado automaticamente por período igual de tempo, caso não seja denunciado por qualquer das partes com 30 dias de antecedência.

Cláusula IV

Direitos e Deveres do Primeiro Outorgante

- 1. O Primeiro Outorgante compromete-se a ceder a gestão do edifício Municipal antigo Jardim de Infância de Sandoeira Rio de Couros aos Segundo e Terceiro Outorgantes, para que aí possam ser postos em prática os objetivos definidos na Cláusula II do presente Protocolo.
- 2. O Primeiro Outorgante reserva para si o direito de efetuar uma vistoria às condições das instalações, informando com a devida antecedência os Segundo e Terceiro Outorgantes.



Cláusula V

Direitos e Deveres do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante será responsável pelo acompanhamento da gestão e manutenção do Edifício Municipal e das respetivas infraestruturas incumbindo-lhe:

- **1** Fazer uma utilização normal e prudente do espaço, equipamentos e infraestruturas adstritas ao mesmo;
- **2** Utilizar e gerir o espaço disponibilizado, tornando-o num pólo de desenvolvimento;
 - 3 Suportar todas as despesas de água, eletricidade;
- **4** Suportar todas as despesas inerentes à manutenção dos espaços exteriores e interiores, caso existam;
 - 5 Manter o recinto do antigo Jardim de Infância nas melhores condições;
- **6** Efetuar um seguro que cubra eventuais danos que possam ocorrer aos intervenientes, durante a presença do Segundo e Terceiro Outorgantes no espaço em apreço, e suportar os respetivos custos;
- **7** Não efetuar obras ou qualquer outro tipo de alterações no espaço, infraestruturas anexas ou equipamentos cedidos, exceto com a prévia autorização do Primeiro Outorgante;
- 8 A utilização deste Edifício Municipal está exclusivamente afeto ao Segundo
 Outorgante, disponibilizando uma sala do Edifício à Vespomania Associação de
 Vespitas da Sandoeira e Rio de Couros, para iniciativas de interesse da Associação.

Cláusula VI

Devolução do Espaço, InfraEstruturas e Equipamentos

Aquando do *terminus* do presente Protocolo, qualquer que seja a causa, o Segundo e Terceiro Outorgantes obrigam-se a:

- a) Devolver ao Município de Ourém o espaço cedido, livre de quaisquer ónus ou encargos;
- b) Devolver as infraestruturas e os equipamentos cedidos no estado de conservação em que os receberam, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas.

Cláusula VII

Casos Omissos

As questões omissas no presente Protocolo serão resolvidas por acordo das partes.



Cláusula Única

O presente Protocolo contém quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades outorgantes, à exceção da última que contém as suas assinaturas, sendo feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades outorgantes.

	Ourém,de de 2015		
O Primeiro Outorgante	O Segundo Outorgante		
O Município de Ourém	Grupo Desportivo Sandoeira		
Paulo Alexandre Homem de O. Fonseca	Maria dos Anjos Marques Santos Freitas		
Presidente da Câmara	Presidente da Direção		
O Terceiro Outorgante			

Vespomania – Associação de Vespitas da Sandoeira e Rio de Couros

José João Marques dos santos Presidente da Direção



Adenda ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Ourém, o Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias, a Insignare - Associação de Ensino e Formação e a Associação – Conservatório de Música de Ourém e Fátima

Cláusula Primeira Âmbito

A presente Adenda ao Protocolo celebrado, a 3 de agosto de 2015, entre o Município de Ourém, o Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias, a Insignare - Associação de Ensino e Formação e a Associação – Conservatório de Música de Ourém e Fátima clarifica o número de alunos por turmas e horários das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2015-2016, conforme previsto no ponto 1 da Clausula I.

Cláusula Segunda

Tipologia

- 1. A implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (adiante designadas por AEC's) foi adoptada na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10º do Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, o Município de Ourém é a entidade promotora.
- 2. A disciplina de Inglês inicia-se, obrigatoriamente, no 3.º ano de escolaridade, no ano letivo de 2015-2016, de acordo com o decreto-lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, ficando estes alunos com 3 tempos (60 minutos/cada) de AEC.
- 3. O Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão Caxarias optou pelas atividades educativas e formativas e pelos tempos, conforme consta do Anexo I.

Cláusula Terceira Vigência

A presente adenda produz efeitos para o ano letivo de 2015-2016.

Cláusula Quarta

As questões omissas na presente adenda serão resolvidas por acordo entre os subscritores.

§ ÚNICO:

A presente adenda:



- Contém 2 páginas e um anexo, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades subscritoras, à exceção da última, que contém as suas assinaturas;
- Complementa o protocolo anteriormente celebrado sobre o mesmo assunto;
- S

É feito em qu entidades.	adruplicado, ficando um	exemplar na posse de	cada uma das
		Ourém, de	de 2015
	MUNICÍPIO DE C	DURÉM	
	O Presidente da (Câmara	
-			
AGRUPA	AMENTO DE ESCOLAS (LOPES PERDIGÃO - O Diretor		
INSIGNA	RE – ASSOCIAÇÃO DE O Diretor Exec	ENSINO E FORMAÇÃO	
ASSOCIAÇÃO –	CONSERVATÓRIO DE I O Presidente da I	MÚSICA DE OURÉM E F Á Direção	ÁTIMA



Adenda ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Ourém, o Agrupamento de Escolas de Conde de Ourém, a Insignare - Associação de Ensino e Formação e a Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém

Cláusula Primeira

Âmbito

A presente Adenda ao Protocolo celebrado, a 3 de agosto de 2015, entre o Município de Ourém, o Agrupamento de Escolas de Conde de Ourém, a Insignare - Associação de Ensino e Formação e a Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém clarifica o número de alunos por turmas e horários das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2015-2016, conforme previsto no ponto 1 da Cláusula I.

Cláusula Segunda

Tipologia

- 4. A implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (adiante designadas por AEC's) foi adoptada na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10º do Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, o Município de Ourém é a entidade promotora.
- 5. A disciplina de Inglês inicia-se, obrigatoriamente, no 3.º ano de escolaridade, no ano letivo de 2015-2016, de acordo com o decreto-lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, ficando estes alunos com 3 tempos (60 minutos/cada) de AEC.
- 6. O Agrupamento de Escolas de Conde de Ourém optou pelas atividades educativas e formativas e pelos tempos, conforme consta do Anexo I.

Cláusula Terceira

Vigência

A presente adenda produz efeitos para o ano letivo de 2015-2016.

Cláusula Quarta

As questões omissas na presente adenda serão resolvidas por acordo entre os subscritores.

§ ÚNICO:

A presente adenda:

 Contém 2 páginas e um anexo, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades subscritoras, à exceção da última, que contém as suas assinaturas;



_ _	Complementa o protocolo anteriormente celebrado sobre o mesmo assunto; É feito em quadruplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades.
	Ourém, de de 2015
	MUNICÍPIO DE OURÉM
	O Presidente da Câmara
	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CONDE DE OURÉM
	A Diretora
	INSIGNARE – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO O Diretor Executivo

OUREARTE - ESCOLA DE MÚSICA E ARTES DE OURÉM O Presidente de Direção



Adenda ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Ourém, o Agrupamento de Escolas de Ourém, a Insignare - Associação de Ensino e Formação, a Associação – Conservatório de Música de Ourém e Fátima e a Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém

Cláusula Primeira Âmbito

A presente Adenda ao Protocolo celebrado, a 3 de agosto de 2015, entre o Município de Ourém, o Agrupamento de Escolas de Ourém, a Insignare - Associação de Ensino e Formação, a Associação – Conservatório de Música de Ourém e Fátima e a Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém clarifica o número de alunos por turmas e horários das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2015-2016, conforme previsto no ponto 1 da Clausula I.

Cláusula Segunda

Tipologia

- 7. A implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (adiante designadas por AEC's) foi adoptada na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10º do Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, o Município de Ourém é a entidade promotora e, por força do n.º 3 deste art.º, com recurso a docentes do próprio Agrupamento.
- 8. A disciplina de Inglês inicia-se, obrigatoriamente, no 3.º ano de escolaridade, no ano letivo de 2015-2016, de acordo com o decreto-lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, ficando estes alunos com 3 tempos (60 minutos/cada) de AEC.
- O Agrupamento de Escolas de Ourém optou pelas atividades educativas e formativas e pelos tempos, conforme consta do Anexo I.

Cláusula Terceira

A presente adenda produz efeitos para o ano letivo de 2015-2016.

Cláusula Quarta

As questões omissas na presente adenda serão resolvidas por acordo entre os subscritores.

§ ÚNICO:

A presente adenda:



- Contém 2 páginas e um anexo, todas numeradas e rubricadas pelos representantes das entidades subscritoras, à exceção da última, que contém as suas assinaturas;
- Complementa o protocolo anteriormente celebrado sobre o mesmo assunto;
- las

É feito em que entidades.	uintuplicado, ficando um exemplar na	posse de cada uma das
	Ourém	n, de de 2015
	MUNICÍPIO DE OURÉM	
	O Presidente da Câmara	
		_
AG	GRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OUI	RÉM
	A Diretora	
	~	~
INSIGNA	ARE - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E FO O Diretor Executivo	ORMAÇÃO
		_
ASSOCIAÇÃO -	- CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE (OURÉM E FÁTIMA
-	O Presidente da Direção	
		<u> </u>
OUREAR	TE – ESCOLA DE MÚSICA E ARTES	DE OURÉM
	O Presidente de Direção	